

Diário do Legislativo de 17/09/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Almir Paraca

Vice-Líder: Deputada Elisa Costa

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de
Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús
Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO

2 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

3 - ATA

3.1 - Reunião de Comissões

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 2007

ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2007 (*)

e observando o disposto nos arts. 207 e 216 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades da prestação de contas do Governador do Estado relativa ao exercício de 2007, encaminhadas por meio da Mensagem nº 191, de 27/3/2008, publicada no "Diário do Legislativo" em 3/4/2008.

1 – Balanço Orçamentário

O balanço orçamentário é o produto final da contabilização dos fatos orçamentários, demonstrando as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, bem como registrando os elementos do orçamento público, nos termos em que foi aprovado pelo Poder Legislativo, a execução do orçamento, com as modificações introduzidas, e a posição dos valores executados quando do encerramento do exercício, comparada com as previsões iniciais do orçamento.

Demonstrativo do Balanço Orçamentário Fiscal

Estado de Minas Gerais – 2007

Tabela nº 23					
Balanço Orçamentário – Receita					
Estado de Minas Gerais – 2007					
R\$ milhares					
Receita					
Descrição		Previsão	Previsão	Execução	Diferença
			Atualizada	(b)	(b-a)
			(a)		
Receitas Correntes		31.509.483	32.262.294	34.664.825	2.402.531
	Tributária	21.170.890	21.171.350	22.662.309	1.490.959
	Contribuições	2.445.857	2.446.011	2.588.072	142.061
	Patrimonial	830.978	1.446.516	1.597.479	150.963
	Agropecuária	4.556	4.556	4.717	161
	Industrial	110.944	110.944	107.870	-3.075
	Serviços	365.886	368.510	361.946	-6.564
	Transferências Correntes	5.722.087	5.844.104	6.619.524	775.420
	Outras Receitas Correntes	858.285	870.302	722.908	-147.394
Deduções das Receitas Correntes		-2.345.908	-2.345.915	-2.839.310	-493.395

	Tributária	-1.998.376	-1.998.376	-2.432.050	-433.675
	Patrimonial	-	-	-48	-48
	Transferências Correntes	-299.651	-299.651	-362.229	-62.578
	Outras Receitas Correntes	-47.881	-47.888	-44.983	2.905
Receitas de Capital		1.390.130	1.485.216	807.736	-677.480
	Operações de Crédito	492.748	498.625	196.302	-302.323
	Alienação de Bens	27.467	30.123	33.445	3.322
	Amortização de Empréstimos	390.323	390.743	377.703	-13.040
	Transferências de Capital	466.284	545.112	169.589	-375.523
	Outras Receitas de Capital	13.309	20.613	30.696	10.083
Subtotal		30.553.704	31.401.595	32.633.250	1.231.656
Déficit		-	-	-	-
Total		30.553.704	31.401.595	32.633.250	1.231.656

Fonte: SIAFI - MG

Tabela nº 24

Balço Orçamentário - Despesa

Estado de Minas Gerais - 2007

R\$ milhares

Despesa					
Descrição		Previsão	Crédito	Execução	Diferença
			Autorizado	(b)	(b-a)
			(a)		
Despesa Corrente		26.084.226	28.843.279	28.327.247	-516.032

	Pessoal e Encargos Sociais	12.987.603	14.363.719	14.268.355	-95.364
	Juros e Encargos da Dívida	2.040.892	2.141.153	2.136.270	-4.883
	Outras Despesas Correntes	11.055.730	12.338.407	11.922.622	-415.785
Despesas de Capital		4.195.300	5.315.733	4.115.901	-1.199.832
	Investimentos	2.776.827	3.725.199	2.820.705	-904.495
	Inversões Financeiras	910.080	1.119.017	829.360	-289.658
	Amortização da Dívida	508.393	471.516	465.837	-5.680
Reserva de Contingência		274.178	10	-	-10
Subtotal		30.553.704	34.159.022	32.443.148	-1.715.874
Superávit		-	-	190.102	-
Total		30.553.704	34.159.022	32.633.250	-1.715.874
Fonte: SIAFI – MG					

1.1 – Receitas

1.1.1 – Receitas Correntes

Com uma arrecadação bruta de R\$ 32,262 bilhões, as Receitas Correntes cresceram 14,69% em relação a 2006, compostas pelas Receitas Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços, as Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

A Receita Tributária seguiu uma trajetória de crescimento registrada nos últimos cinco anos. Esse desempenho decorre de uma conjugação entre o crescimento da economia mineira, cuja produção industrial aumentou 8,61%, e a adoção de ações estratégicas no âmbito da Fazenda Estadual, amparadas no controle fiscal efetivo e no rigoroso combate à sonegação.

Representando 69,45% da Receita Fiscal, a Receita Tributária, no valor de R\$ 22,662 bilhões, é composta com maior representação pela receita de impostos, quais sejam o ICMS, com participação de 83,75%, o IPVA, com 7,01%, o ITCD, no valor de R\$ 126,0 milhões – com um crescimento nominal de 40,79% em relação a 2006 – , e o IRRF, com participação de 4,60%, sendo este contabilizado como receita tributária em cumprimento à Portaria STN nº 212, de 4/6/2001.

Tabela nº 5						
Comparativo da Receita Tributária						
Estado de Minas Gerais – 2006/2007						
R\$ milhares						
Descrição	2006	2007			AV % (1)	AH % (2)
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadado		
Impostos	19.092.848	20.276.354	20.276.354	21.727.834	13,8	95,88

IRRF	992.155	940.824	940.824	1.041.496	4,97	4,60
IPVA	1.348.982	1.481.714	1.481.714	1.588.074	17,72	7,01
ICMS	16.662.216	17.763.340	17.763.340	18.972.268	13,86	83,72
ITCD	89.494	90.476	90.476	125.997	40,79	0,56
Taxas	851.468	894.536	894.996	934.475	9,75	4,12
Total	19.944.316	21.170.890	21.171.350	22.662.309	13,63	100,00
Fonte: SIAFI – MG						
Notas: 1) AV – Análise Vertical;						
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).						

A Receita de Contribuições, no valor de R\$ 2,588 bilhões, compõe-se principalmente pela contribuição patronal e do servidor, para arcar com despesa de saúde e previdência de seus servidores e dependentes, representando cerca de 8,00% da Receita Fiscal, conforme demonstrado na Tabela nº 7. Verificou-se nesse exercício um crescimento de 11,82% em relação a 2006, influenciado pelo reajuste do piso das carreiras do magistério, da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo a partir de setembro de 2007, bem como pelo ingresso de novos servidores.

Tabela nº 7						
Comparativo da Receita de Contribuição						
Estado de Minas Gerais – 2006/2007						
R\$ milhares						
Descrição	2006	2007			AV % (1)	AH % (2)
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadado		
Contribuição Patronal	1.122.495	1.245.735	1.245.735	1.319.358	50,98	17,54
Para Previdência	908.520	1.003.329	1.003.329	1.060.489	40,98	16,73
Para Saúde	213.975	242.407	242.407	258.869	10,00	20,98
Contribuição do Servidor	1.145.760	1.157.388	1.157.541	1.220.447	47,16	6,52
Para Previdência	850.452	862.097	862.251	904.605	34,95	6,37
Para Saúde	295.308	295.290	295.290	315.842	12,20	6,95
Demais Contribuições	46.235	42.734	42.734	48.267	1,86	4,39
Total	2.314.490	2.445.857	2.446.011	2.588.072	100,00	11,82

Fonte: SIAFI – MG
Notas: 1) AV – Análise Vertical;
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).

A Receita Patrimonial compreende as receitas provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente e de aplicações de disponibilidade em operações de mercado, bem como outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

No exercício de 2007 obteve-se uma realização de receita patrimonial da ordem de R\$ 1,597 bilhão, com crescimento nominal de 43,42%, ocasionado principalmente pela Receita Extraordinária de Concessões e Permissões, referente à transferência da folha de pagamento dos Poderes Executivo e Judiciário, respectivamente, para o Banco do Brasil, no valor de R\$ 450,0 milhões, e para o Banco Itaú, no montante de R\$ 150,0 milhões, bem como por Outras Receitas Patrimoniais, relativas à cessão de equipamentos, no valor de R\$ 90,0 milhões, pelo Fundo Máquinas para o Desenvolvimento – Fundomaq.

Nesse exercício, o Fundomaq foi extinto por força da Lei nº 17.211, de 12/12/2007, e os Municípios puderam optar pelo recebimento dos bens adquiridos com recursos do Fundo, pelo valor das contrapartidas por eles recolhidas até 31/12/2007, ou pela devolução dos bens e recebimento de 50% dos recursos recolhidos, até 31/12/2007, a título de contrapartida financeira.

Ressalte-se ainda o montante de R\$ 399,0 milhões relativo aos dividendos a que tem direito o Estado como acionista, sendo: da Cemig, R\$ 308,0 milhões; da Copasa, R\$ 54,0 milhões; e de outras empresas, R\$ 37,0 milhões.

Tabela nº 8						
Comparativo da Receita Patrimonial						
Estado de Minas Gerais – 2006/2007						
R\$ milhares						
Descrição	2006	2007			AV % (1)	AH % (2)
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadado		
Receita Imobiliária	15.597	16.546	16.825	18.646	1,17	19,55
Receitas de Valores Mobiliários	1.048.531	784.880	800.140	882.288	55,23	-15,85
Receita de Concessões e Permissões	585	670	600.670	600.281	37,58	102.560,00
Outras Receitas Patrimoniais	49.096	28.882	28.882	96.263	6,03	96,07
Total	1.113.808	830.978	1.446.516	1.597.479	100,00	43,42
Fonte: SIAFI – MG						
Notas: 1) AV – Análise Vertical;						
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).						

A Receita Agropecuária manteve-se constante em relação ao exercício de 2006, sendo que, em 2007, 94,10% de sua arrecadação encontram-se concentrados na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig.

Tendo participação inferior a 1,00% da Receita Fiscal, a Receita Industrial, no montante de R\$ 108,0 milhões, obteve um crescimento de cerca de 30,00% em relação a 2006, decorrente principalmente da receita de indústria de produtos farmacêuticos e veterinários arrecadada pela Fundação Ezequiel Dias – Funed –, no valor de R\$ 44,0 milhões, e da receita de publicações arrecadada pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 46,0 milhões.

A Receita de Serviços tem origem na prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, inspeção e fiscalização, judiciários, de processamento de dados, nas vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade, entre outros.

Com uma arrecadação de R\$ 362,0 milhões e crescimento nominal de 4,98%, tal receita é oriunda principalmente dos seguintes serviços:

- hospitalares, preponderantemente na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, no valor de R\$ 85,0 milhões;
- juros de empréstimos centralizados nos fundos, em especial no Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – Findes –, no valor de R\$ 48,0 milhões;
- de saúde, prestados pelo SUS, no valor aproximado de R\$ 35,0 milhões, na Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais – Hemominas;
- de registro de comércio na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg –, no valor de R\$ 20,0 milhões; e
- de consultoria e assistência técnica e análise de projetos na Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, no valor de R\$ 15,0 milhões.

Tabela nº 9						
Comparativo da Receita de Serviços						
Estado de Minas Gerais – 2006/2007						
R\$ milhares						
Descrição	2006	2007			AV % (1)	AH % (2)
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadado		
Serviços Hospitalares	93.239	112.981	112.981	98.494	27,21	5,64
Serviços de Juros de Empréstimos	104.252	89.187	89.189	95.540	26,40	-8,36
Serviços de Saúde Prestados ao SAI/SUS	36.765	40.391	40.391	36.629	10,12	-0,37
Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	16.117	19.415	19.921	24.553	6,78	52,34
Serviços de Registro do Comércio	18.364	17.475	17.475	20.644	5,70	12,41
Serviços Educacionais	10.698	14.280	15.008	11.157	3,08	4,29
Serviços de Saúde Prestados a Particulares	10.117	9.405	9.405	10.869	3,00	7,44
Demais Receitas de Serviços	55.225	62.752	64.139	64.060	17,70	16

Total	344.776	365.886	368.510	361.946	100,00	4,98
Fonte: SIAFI – MG						
Notas: 1) AV – Análise Vertical;						
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).						

A Receita de Transferências Correntes representa os repasses de recursos por outra esfera de governo, decorrentes de obrigação constitucional ou de convênios. Também compõem essa receita recursos transferidos por pessoas físicas ou jurídicas.

Esta subcategoria de receita evidencia um crescimento de 17,07%, sendo composta em sua maioria por transferências da União, no montante de R\$ 3,866 bilhões, e transferências multigovernamentais, no valor de R\$ 2,597 bilhões, constituídas pela receita do Fundeb (39,23% do total das transferências correntes).

Finalmente, as Outras Receitas Correntes apresentam uma redução de 5,41%, equivalente a R\$ 41,0 milhões, nas rubricas referentes a Dívida Ativa, com redução de 22,96% – principalmente no ICMS, no valor de R\$ 46,0 milhões –, e a Receitas Diversas, com redução de 44,13%. Destaca-se também uma redução de R\$ 18,0 milhões na Receita de Compensação Ambiental – Lei Federal nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc.

Com crescimento de R\$ 66,0 milhões, tem-se a Receita de Multa e Juros de Mora, representando aproximadamente 61,00% desta subcategoria, em especial Outras Multas e Juros de Mora, arrecadados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, no valor de R\$ 35,0 milhões, e a Multa por Infração Ambiental, arrecadada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF –, no valor de R\$ 7,0 milhões.

Tabela nº 11						
Comparativo das Outras Receitas Correntes						
Estado de Minas Gerais – 2006/2007						
R\$ milhares						
Descrição	2006	2007			AV % (1)	AH % (2)
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadado		
Multa e Juros de Mora	374.844	441.314	449.361	440.821	60,98	17,6
Indenizações e Restituições	38.041	0.886	14.619	39.274	5,43	3,24
Receita Dívida Ativa	219.735	231.355	231.551	169.278	23,42	-22,96
Receitas Diversas	131.626	174.729	174.771	73.536	10,17	-44,13
Total	764.245	858.285	870.302	722.908	100,00	-5,41
Fonte: SIAFI – MG						
Notas: 1) AV – Análise Vertical;						
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).						

1.1.2 – Receitas de Capital

A Receita de Capital é aquela proveniente da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas, bem como da conversão em espécie de bens e direitos, dentre outros destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

Embora esta categoria apresente arrecadação no montante de R\$ 808,0 milhões, houve redução de 25,04% em relação ao exercício anterior, decorrente em especial das transferências de capital relativas a convênios, com decréscimo de R\$ 153,0 milhões, e das Operações de Crédito Externas, com redução de 23,58%, sendo estas compostas principalmente pelo empréstimo Bird/DPL no valor de US\$ 69,575,000.00, à cotação de R\$ 1,9468, em 23/5/2007, destinado à política de desenvolvimento.

As receitas de Alienação de Bens Móveis atingiram o valor de R\$ 29,0 milhões, o que representa 85,62% do total de Alienação de Bens, obtendo um crescimento de cerca de R\$ 3,0 milhões em relação ao exercício de 2006, sendo R\$ 2,0 milhões provindos do saneamento do sistema financeiro – Credireal e Bemge – e R\$ 1,0 milhão referente à alienação de ativos da MinasCaixa.

Na Alienação de Bens Imóveis houve uma redução de aproximadamente R\$ 6,0 milhões, tendo em vista que em 2006 ocorreu um leilão para venda de bens imóveis nesse montante.

Em consequência dessas variações, o total da receita de Alienação de Bens apresentou uma redução de 9,88%.

A receita de Amortização de Empréstimos cresceu 13,48%, com ênfase no Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais – Fundese – e no Findes, este com R\$ 174,0 milhões, distribuídos nos programas Indução à Modernização Industrial, Pró-Indústria e Pró-Estrutura.

O Fundese respondeu por R\$ 127,0 milhões, dos programas Desenvolvimento de Empreendimentos da Estrada Real, Apoio Creditício ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais, Apoio Financeiro ao Desenvolvimento de Médias, Pequenas e Microempresas de Base Tecnológica e Incentivo à Competitividade das Empresas Mineiras.

Tabela nº 13						
Comparativo da Receita de Capital						
Estado de Minas Gerais – 2006/2007						
R\$ milhares						
Descrição	2006	2007			AV % (1)	AH % (2)
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadado		
Operações de Crédito	252968	492748	498625	196302	24,3	-22,4
Alienação de Bens	37111	27467	30123	33445	4,14	-9,88
Amortização de Empréstimos	332844	390323	390743	377703	46,76	13,48
Transferência de Capital	344485	466284	545112	169589	21	-50,77
Outras Receitas de Capital	110178	13309	20613	30696	3,8	-72,14
Total	1077585	1390130	1485216	807736	100	-25,04
Fonte: SIAFI – MG						
Notas: 1) AV – Análise Vertical;						
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).						

As receitas do Estado mantiveram a tendência de crescimento, permitindo o cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, como despesa com pessoal, dívida consolidada líquida e resultado primário, bem como o exercício da função precípua de atendimento às demandas sociais.

Trata-se de demonstrativo que representa o somatório das Receitas Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, consideradas diversas deduções de acordo a legislação vigente.

O valor apurado nesse demonstrativo serve de base de cálculo para os limites estabelecidos pela LRF, apresentados no Relatório de Gestão Fiscal.

Destaca-se que, entre os exercícios em análise, a Receita Corrente Líquida – RCL – apresentou crescimento de 7,79%.

Tabela nº 47			
Comparativo da Receita Corrente Líquida – RCL			
Estado de Minas Gerais – 2006/2007			
LRF, Art. 53, inciso I – Anexo III		R\$ milhares	
Descrição	2006	2007	AH % (1)
Receita Corrente	30.224.209	34.664.777	14,69
Deduções	8.140.810	10.861.099	33,42
Receita Corrente Líquida	22.083.399	23.803.678	7,79
Fonte: SIAFI – MG			
Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2007/2006).			

1.2 – Despesas

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto dos gastos públicos autorizados por meio do orçamento, destinados a satisfazer as necessidades da comunidade.

O termo "fiscal" identifica que a despesa refere-se ao montante realizado pelos órgãos da administração direta, autarquias, fundações, fundos estaduais e empresas dependentes.

1.2.1 – Despesas Correntes

São despesas de natureza operacional, realizadas pela administração pública para a manutenção e funcionamento dos serviços prestados.

1.2.2 – Despesa por Função

A função representa o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa, constituindo-se em ações desenvolvidas, por meio das quais o ente busca alcançar os seus objetivos.

A Tabela nº 20 demonstra que o Estado de Minas Gerais vem priorizando investimentos em políticas sociais, principalmente, no exercício de 2007, nas áreas de segurança pública, educação e previdência social, com participações de 13,19%, 12,54% e 12,52%, respectivamente, do total do dispêndio.

Tabela nº 20	
Despesa Fiscal Realizada – Por Função	
Estado de Minas Gerais – 2006/2007	
R\$ milhões	

Código	Descrição	2006	AV % (1)	2007	AV % (1)	AH % (2)
1	Legislativa	718	2,47	806	2,48	12,3
2	Judiciária	1.752	6,04	1.961	6,05	11,96
3	Essencial à Justiça	695	2,40	777	2,40	11,82
4	Administração	1.385	4,77	1.364	4,21	-1,51
6	Segurança Pública	3.911	13,48	4.280	13,19	9,44
7	Relações Exteriores	26	0,09	-	-	-98,66
8	Assistência Social	70	0,24	96	0,29	37,07
9	Previdência Social	3.692	12,72	4.062	12,52	10,01
10	Saúde	2.450	8,44	2.878	8,87	17,49
11	Trabalho	18	0,06	25	0,08	40,12
12	Educação	3.625	12,49	4.068	12,54	12,21
13	Cultura	68	0,23	81	0,25	18,99
14	Direitos da Cidadania	8	0,03	8	0,02	-0,06
15	Urbanismo	125	0,43	31	0,10	-74,89
16	Habituação	104	0,36	98	0,30	-5,38
17	Saneamento	1	-	11	0,03	804,68
18	Gestão Ambiental	189	0,65	240	0,74	26,92
19	Ciência e Tecnologia	176	0,61	259	0,80	46,65
20	Agricultura	278	0,96	312	0,96	12,03
21	Organização Agrária	5	0,02	8	0,03	57,88
22	Indústria	538	1,85	604	1,86	12,26
23	Comércio e Serviços	105	0,36	122	0,37	15,65
24	Comunicações	5	0,02	31	0,10	564,52
25	Energia	5	0,02	3	0,01	-43,35
26	Transporte	1.258	4,33	1.370	4,22	8,98

27	Desporto e Lazer	38	0,13	26	0,08	-32,66
28	Encargos Especiais	7.774	26,79	8.921	27,50	14,76
Total		29.019	100,00	32.443	100,00	11,8
Fonte: SIAFI – MG						
Notas: 1) AV – Análise Vertical;						
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).						

1.2.3 – Despesa por Grupo

A expressão "Grupo de Despesa" refere-se à agregação de elementos que apresentam as mesmas características quanto ao objeto do gasto.

A Tabela nº 15 demonstra os valores executados nos exercícios de 2006 e 2007, distribuídos nos respectivos grupos.

Tabela nº 15					
Despesa Fiscal Realizada – Por Grupo					
Estado de Minas Gerais – 2006/2007					
R\$ milhões					
Grupo	2006	AV % (1)	2007	AV % (1)	AH % (2)
Pessoal e Encargos Sociais	12.780	44,04	14.268	43,98	11,64
Juros e Encargos da Dívida	1.917	6,60	2.136	6,58	11,47
Outras Despesas Correntes	10.398	35,83	11.923	36,75	14,66
Investimentos	2.713	9,35	2.821	8,69	3,97
Inversões Financeiras	712	2,45	829	2,56	16,55
Amortização da Dívida	499	1,72	466	1,44	-6,64
Total	29.019	100,00	32.443	100,00	11,8
Fonte: SIAFI – MG					
Notas: 1) AV – Análise Vertical;					
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).					

1.2.4 – Programas Estruturadores

O governo do Estado de Minas Gerais adotou como instrumento para gerenciar e organizar as iniciativas de melhoria no Estado o Programa de Gestão Estratégica de Recursos e Ações do Estado – Geraes. Frutos dessa orientação estratégica, os Programas Estruturadores têm como

premissas:

- transformar a visão de futuro em resultados concretos que sinalizam a mudança desejada;
- efeito multiplicador: capacidade de gerar outras iniciativas privadas ou públicas;
- mobilizar e articular recursos públicos, privados ou em parceria;
- produzir a seguinte percepção da sociedade: "Quem governa tem uma visão de futuro que está sendo construída, mediante ações concretas";
- organizar-se como um projeto, com foco bem definido, objetivo mensurável, ações, metas, prazos, custos, resultados esperados, que permitam um gerenciamento intensivo.

Em 2007, os 32 Programas Estruturadores totalizaram uma despesa de R\$ 2,710 bilhões. Entre esses programas, destacaram-se os seguintes:

- Regionalização da Assistência à Saúde;
- Pró-MG – Recuperação e Manutenção Rodoviária;
- Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (Pró-Acesso);
- Redução da Criminalidade em Minas Gerais;
- Melhoria e Ampliação do Ensino Fundamental;
- Universalização e Melhoria do Ensino Médio;
- Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas.

Frise-se que os três primeiros representaram 53,13% de toda a execução com os Programas Estruturadores.

Tabela nº 22						
Despesa Fiscal Realizada – Programas Estruturadores						
Estado de Minas Gerais – 2006/2007						
R\$ milhões						
Código	Descrição	2006	AV % (1)	2007	AV % (1)	AH % (2)
35	Centro Administrativo	31	1,80	11	0,40	-65,23
49	Infra-estrutura de Transportes do Triângulo – Alto Paranaíba	52	2,97	39	1,45	-24,74
172	Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	5	0,26	32	1,20	600,54
210	Modernização da Fazenda Estadual	47	2,69	31	1,15	-34,01
213	Lares Gerais	101	5,79	97	3,58	-4,42
258	Empresa Mineira Competitiva	34	1,92	37	1,35	8,76
310	Universalização e Melhoria do	57	3,22	108	4,00	91,9

	Ensino Médio					
311	Inclusão Digital	36	2,06	29	1,07	-19,96
313	Redução da Criminalidade em Minas Gerais	176	10,02	190	7,03	8,45
328	Melhoria e Ampliação do Ensino Fundamental	100	5,68	169	6,25	70,13
347	Infra-estrutura de Transportes da Região Metropolitana	227	12,95	132	4,89	-41,63
397	Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios	312	17,82	289	10,68	-7,4
509	Regionalização da Assistência à Saúde	131	7,47	730	26,94	457,15
520	Saúde em Casa	74	4,21	137	5,04	84,93
622	Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas	25	1,43	44	1,63	76,67
636	Pró-MG – Recuperação e Manutenção Rodoviária	163	9,29	420	15,51	158,27
644	Modernização da Gestão do Sistema Prisional	84	4,81	67	2,47	-20,52
688	Programa de Combate à Pobreza Rural	6	0,32	42	1,54	646,79
—	Demais	92	5,28	103	3,82	11,79
Total		1.753	100,00	2.710	100,00	54,59
Fonte: SIAFI – MG						
Notas: 1) AV – Análise Vertical;						
2) AH – Análise Horizontal (2007/2006).						

2 – Balanço Financeiro

O resultado da gestão financeira no âmbito estadual pode ser verificado no balanço financeiro, permitindo o conhecimento da situação financeira do Estado, conforme previsto no art. 103 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

O balanço financeiro visa apresentar o fluxo dos recursos financeiros no exercício corrente, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. O balanço financeiro, sinteticamente, pode ser assim entendido:

Saldo financeiro do exercício anterior;

(+) Entradas (orçamentárias e extra-orçamentárias);

(-) Saídas (orçamentárias e extra-orçamentárias);

(=) Saldo financeiro para o exercício seguinte.

Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro (1)					
Estado de Minas Gerais – 2007					
R\$ milhares					
Receita			Despesa		
Descrição	Valores	AV % (2)	Descrição	Valores	AV % (2)
Orçamentária	32.573.032	34,31	Orçamentária	32.252.266	33,98
Extra-orçamentária	59.148.922	62,31	Extra-orçamentária	58.348.114	61,46
Pendente	114.896	0,12		-	-
	-	-	Contas de gestão financeira anual	125.279	0,13
Saldo do exercício anterior	3.092.168	3,26	Saldo p/ exerc. seguinte	4.203.360	4,43
Total	94.929.019	100,00	Total	94.929.019	100,00
Fonte: SIAFI – MG					
Notas: 1) Não foram considerados os dados das Empresas Estatais Dependentes;					
2) AV – Análise Vertical.					

3 – Balanço Patrimonial

O Estado de Minas Gerais apresenta a síntese do balanço patrimonial consolidado, referente aos saldos patrimoniais da administração direta, autarquias, fundações e fundos estaduais, com as respectivas compensações financeiras que lhe são pertinentes.

Tabela nº 28					
Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial Consolidado					
Estado de Minas Gerais – 2007					
R\$ milhares					
Ativo	2007	AV % (1)	Passivo	2007	AV % (1)
Ativo Circulante	5.558.916	3,47	Passivo Circulante	6.805.266	4,25
Ativo Realizável a Longo Prazo	28.967.015	18,08	Passivo Exigível a	49.949.367	31,17

			Longo Prazo		
Ativo Permanente	7.016.336	4,38			-
Soma do Ativo Real	41.542.267	25,93	Soma do Passivo Real	56.754.634	35,42
			Passivo a Descoberto	-15.212.367	-9,49
Ativo Compensado	118.684.843	74,07	Passivo Compensado	118.684.843	74,07
Total	160.227.110	100,00	Total	160.227.110	100,00
Fonte: SIAFI – MG					
Nota: 1) AV – Análise Vertical.					

4 – Gestão Fiscal

O impacto ocasionado pela publicação da LRF, Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000, impulsionou a administração pública e a sociedade a proporem novos mecanismos de planejamento e controle, que, aliados aos já existentes, visam à maior transparência e responsabilização de seus agentes nas ações governamentais.

Aos órgãos centrais de contabilidade dos entes da Federação, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, por força no disposto nos arts. 52 e 53 da LRF, estabelece, por meio de portarias específicas, a competência de elaborar e divulgar periodicamente os relatórios constantes na citada lei, quais sejam o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Assim, à luz da determinação contida em portaria da STN, no Estado de Minas Gerais, é da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio da Superintendência Central de Contadoria Geral – SCCG/STE/SEF –, a responsabilidade técnica da elaboração dos demonstrativos integrantes da LRF, sendo a Auditoria-Geral do Estado de Minas Gerais – Auge – responsável pela auditoria nos demonstrativos do RGF, para posterior publicação no diário oficial do Estado e disponibilização na internet, no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda (no endereço eletrônico <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral>).

5 - Notas Explicativas

5.1 – Demonstrações Contábeis e Regime Contábil

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, os critérios e disposições da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e da LRF, e a Lei Orçamentária Anual, Lei nº 16.696, de 16/1/2007, tendo sido adotado o regime contábil de caixa para reconhecimento e apropriação da receita e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

5.2 – Incorporação de dados dos órgãos e entidades do Poder Legislativo e das Empresas Estatais Dependentes

Os dados referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades Assembléia Legislativa de Minas Gerais – ALMG –, Instituto de Previdência do Legislativo – Iplemg – e Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa – Fundhab –, bem como a execução orçamentária das Empresas Estatais Dependentes (Emater, Epamig e Rádio Inconfidência), foram incorporados ao SIAFI-MG por meio da rotina de dados consolidados.

5.3 – Dívida Ativa – Curto Prazo

Em conformidade com as exigências contidas na Portaria da STN nº 564, de 27/10/2004, que aprovou a primeira edição do "Manual de Procedimentos da Dívida Ativa", foram inseridas no Plano de Contas do Estado de Minas Gerais, no subgrupo do Realizável de Curto Prazo, as contas contábeis 1.1.2.01.03.01.00 – Dívida Ativa-Principal e 1.1.2.01.03.02.00 – Dívida Ativa-Multas e Encargos, com o objetivo de registrar os valores inscritos em dívida ativa cuja expectativa de recebimento é até o encerramento do exercício financeiro seguinte. Deve-se ressaltar que, em observância aos dispositivos legais pertinentes, os créditos classificáveis em dívida ativa devem, inicialmente, ser registrados no Ativo de Longo Prazo, considerando a incerteza intrínseca de sua condição.

O valor contabilizado nas contas anteriormente citadas teve como parâmetro o montante da receita de dívida ativa prevista no Orçamento de 2007 (Lei nº 16.696, de 16/1/2007), utilizando-se o critério de rateio de 40% para a Dívida Ativa-Principal e de 60% para Multas e Encargos.

5.4 – Bens Móveis e Imóveis

Os valores registrados nas contas de Bens Móveis e Imóveis, na sua maioria, correspondem aos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições, conforme o disposto no art. 106 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

5.5 – Das Responsabilidades Técnicas

Relativamente a alguns dados específicos contidos neste relatório, são de responsabilidade institucional:

- da Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária – SCCPPPO/Seplag –, a metodologia de base de cálculo das receitas orçamentárias para fins de apuração dos limites constitucionais relativos a educação, saúde e à Fapemig, além dos critérios referentes ao orçamento fiscal e sua execução;

- da Superintendência Central de Planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Sucep/Seplag –, o Relatório de Execução em Programas Sociais, a que se refere o art. 11 da Lei nº 13.472, de 18/1/2000;

- da Superintendência Central de Operações Oficiais de Créditos da Secretaria de Estado de Fazenda – Scoc/SEF –, as informações contidas no Escalonamento dos Desembolsos do Serviço da Dívida Pública, bem como o Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa e dados relativos à participação societária constantes no Demonstrativo de Participação Societária do Balanço Geral da Administração Direta.

5.6 – Empresas Dependentes

A execução orçamentária da receita e despesa das Empresas Dependentes Emater, Epamig e Rádio Inconfidência integram o Balanço Geral do Estado na Parte III da Administração Indireta – Fundos Estaduais e Execução Orçamentária das Empresas Estatais Dependentes.

Para fins do Relatório Contábil, tais informações foram consideradas somente na análise da gestão orçamentária, não fazendo parte dos dados dispostos no Balanço Financeiro, Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, desse relatório.

5.7 – Fundomaq

Conforme citado anteriormente, por meio da Lei nº 17.211, de 12/12/2007, foi extinto o Fundomaq, podendo os Municípios optar pelo recebimento dos bens adquiridos com recursos do Fundo, pelo valor das contrapartidas por eles recolhidas até 31/12/2007, ou pela devolução dos bens e recebimento de 50% dos recursos por eles recolhidos, até 31/12/2007, a título de contrapartida financeira.

5.8 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb

A partir de 1º/1/2007, passou a vigorar o Fundeb, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

O Fundeb tem por objetivo atender à educação básica, que inclui os ensinos infantil, fundamental e médio, destinando-se ainda à educação de jovens e adultos. Os recursos destinados ao Fundeb são oriundos, no caso dos Estados, do ICMS, do IPVA, do ITCD e de suas respectivas multas e dívida ativa, bem como das transferências federais recebidas relativas ao FPE, à Lei Kandir e ao IPI.

Os percentuais de recursos destinados ao Fundeb são de 16,66%, no primeiro ano de vigência do Fundo, de 18,33% no segundo ano, e de 20% a partir do terceiro ano.

5.9 – Findes

A Lei nº 15.981, de 16/1/2006, criou o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – Findes – e, tendo sido alterada pela Lei nº 16.191, de 22/6/2006, extinguiu, a partir de 1º /1/2007, os seguintes fundos:

- a) Fundo de Incentivo à Industrialização – Find;
- b) Fundo de Desenvolvimento Minerometalúrgico – FDMM; e
- c) Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas – Fundiest.

Os respectivos patrimônios dos fundos extintos passaram a compor o patrimônio do Findes, em conformidade com o art. 16 da Lei nº 15.981, de 16/1/2006, com a redação que lhe deu a Lei nº 16.191, de 22/6/2006, nos seguintes moldes:

"Art. 16 – (...)

Parágrafo único – Os fundos a que se referem as alíneas 'a', 'b' e 'c' do inciso I do art. 3º, a serem extintos conforme este artigo, terão seus respectivos patrimônios incorporados ao Findes, incluídos os direitos creditórios decorrentes dos contratos de financiamento em vigor em 31 de dezembro de 2006, assim como suas obrigações de liberação".

PLENO(**)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 2008

APRECIÇÃO DO PROCESSO EM PAUTA

RELATOR: Conselheiro Antônio Carlos Andrada

REVISORA: Conselheira Adriene Andrade

AUDITOR: Licurgo Mourão

PROCESSO Nº 747679 - Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, exercício de 2007.

O Tribunal emitiu parecer favorável à aprovação das contas do exercício de 2007, nos termos dos votos do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator e da Exma. Sra. Conselheira-Revisora, com recomendações.

Registre-se que as notas taquigráficas serão publicadas na íntegra posteriormente.

Plenário Governador Milton Campos, 30 de junho de 2008

Elmo Braz

Conselheiro-Presidente

(*) extraídas do Relatório Contábil, peça integrante do Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2007.

(**) extraído do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

Concurso Público

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2007, comunica o resultado das provas de títulos dos concursos a seguir relacionados:

Cargo: 202 – Analista de Projetos Educacionais

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
751553	ANA CAROLINA OLIVEIRA E RODRIGUES	5,00
747979	ANA CLAUDIA GOMES DO PRADO	4,00
732899	ANA CRISTINA VALADAO SILVA	13,00
761089	ANTONIO MACHADO DE CARVALHO	-
720968	ARMANDO SERGIO DE AGUIAR FILHO	10,00
765176	BENEDITO ZOMIRIO DE CARVALHO	-
748590	BREYNNER RICARDO DE OLIVEIRA	5,00
714465	CLARICE BARRETO LINHARES	6,00
772902	CRISTINA CHEIB TONIDANDEL	4,00
758776	DANIEL MARTINS DE CARVALHO	6,00
734928	EVELY NAJJAR CAPDEVILLE	15,00
713955	FABRICIO ZIVIANI	11,00
751069	FERNANDA MACHADO FREITAS	8,00
763765	FERNANDA MOURA BIZARRIA	-
726412	HELOIZA HELENA DE OLIVEIRA	8,00
764327	HENRIQUE ESTRADA RODRIGUES	7,00
720335	JACQUELINE MORENO THEODORO SILVA	6,00
722607	JULIANA FARIA GARABINI	-

782550	LAURA CORREA DE BARROS	7,00
742586	LEANDRA MARTINS DE OLIVEIRA	7,00
746931	LUCIANO CAMPOS DA SILVA	-
756142	MARGARETH FRANCA DE SOUSA	4,00
753357	MARIA BEATRIZ BASTOS	9,00
725077	MARIA INES KUBITSCHK PRATES	6,00
774656	MARIA IVANICE DE ANDRADE VIEGAS	-
756375	MARIALICE NOGUEIRA EMBOAVA	12,00
743513	MARINA GERALDA DE AGUIAR	8,00
727528	MARTA PARKER ANDRADE OLIVEIRA	4,00
775471	MONICA REGINA DOS SANTOS	10,00
725177	PATRICIA CARLA OLIVEIRA CARNEIRO	-
777433	SANNY BEATRIZ WANDERLEY	8,00
773740	SIMONE APARECIDA COSTA	4,00
719077	SIMONI JACOMINI DE SOUZA	6,00
729985	STEFANIA DE RESENDE NEGRI	4,00
724403	THIAGO AMADO DE OLIVEIRA	0,00
762092	UBIRAJARA SANTIAGO DE CARVALHO PINTO	7,00
710072	VANESSA SOIER XIMENES MELO	2,00
767475	WUBERDAN GONCALVES PEREIRA	-

Cargo: 203 – Analista de Recursos Humanos

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
732871	ALINE BRANCO MACEDO	4,00
729073	AUXILIADORA APARECIDA DE MATOS	4,50
741072	BEATRIZ GOMES CHALFIN FECCI	3,00
761021	CECILIA OLIVEIRA TELLES	4,50
749554	DANIELA RESENDE TEIXEIRA ANTONINO	3,00
773799	DANIELLE DE CARVALHO GOMES FERREIRA	12,00

734952	EDMEA MARIA SALOMAO	-
731178	ELCIO TAMPIERI	-
777825	ELENICE MARIA DE MAGALHAES	3,00
714875	FLAVIA FRANCA FERREIRA	0,00
754787	HENDERSON MARCIO GOMES DOMINGOS	11,00
727144	HIDSON RONALDO MONTEIRO GUIMARAES FILHO	-
716490	JOHNNY FRANCO DE OLIVEIRA	-
716720	LUCIANA MARQUES DA SILVA	7,50
733803	LUCIANA VAZ DE OLIVEIRA MOUTINHO	4,00
723581	MARCOS DE ALVARENGA MUDADO	-
754605	MARIA VITORIA VIEIRA GOMIDE	5,00
776079	MARIANA MAURICIO VERCOZA	0,00
1938	NIDIA BRAZ BOAVENTURA COTA	8,50
754356	PATRICIA DE CASTRO FERNANDES	-
775238	PAULO CESAR DIAS GODDARD	1,00
721016	PAULO ROBERTO GITIRANA DE ARAUJO GUERRA	-
741759	POLIANA FERREIRA DA COSTA	5,50
757549	RAYNER CARVALHO PESTANA	-
710659	RIZIA MARIA CARDOSO DE ALMEIDA	5,50
713861	SIMONE PINTO VASCONCELLOS	3,00
710321	VIVIAN FITZHERBERT	0,00

Cargo: 203 – Analista de Recursos Humanos/Deficiente

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
729073	AUXILIADORA APARECIDA DE MATOS	4,50

Cargo: 209 – Assistente Social

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
--------	------	-----------------

715239	DANIELLE TEIXEIRA CAMPOS DE CARVALHO	1,00
--------	--------------------------------------	------

Cargo: 232 – Médico

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
767053	ALBERTO KAZUO FUZIKAWA	10,00
725519	ANDRE LUIS BASILIO DE OLIVEIRA	8,00
742652	ANDREA SILVA FONTENELLE	-
737190	BRUNO GUSTAVO MUZZI CARVALHO E CARNEIRO	4,00
747509	CARLA DISCACCIATI SILVEIRA	-
752043	CELIA SILVA FALEIRO	-
746056	CLARA RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA	-
722158	DANIELA ANDRE GONCALVES	8,00
754703	DENISE GONTIJO RODRIGUES	8,00
770106	EMERSON LOPES FROEDE	6,00
710870	FABRICIO FURTADO ASSIS DO CARMO	7,00
759895	FERNANDA DOS SANTOS PAULINO	2,00
738732	FLORENTINO FERNANDES JUNIOR	15,00
713566	HELIO RIBEIRO ROCHA	8,00
757881	ICARO CARVALHO MOREIRA	13,00
720687	JULIANA ALVES DO CARMO	-
727362	LEANDRO AUGUSTO VILELA RABELO	7,00
756516	LEONARDO MEIRA DE FARIA	-
716144	LIDIA APARECIDA FRANCO GONTIJO	-
727142	MARTA ALICE GOMES CAMPOS	4,00
727334	MICHELLE DOS SANTOS DINIZ	4,00
773888	NEREIDA DE FARIA SANTANA	3,00
731662	OTAVIO TRIVELLATO SOARES	16,00
734119	PATRICIA BARROS VIEIRA	2,00
725672	RICARDO BRAGA PALLA	2,00

764432	RICARDO DA CRUZ LAGE	2,00
726657	RICARDO TADEU DE AMORIM MOREIRA	2,00
716078	RODRIGO VIEIRA TEIXEIRA	-
737681	ROSANGELA CRISTINA PAMPOLINI SCHIFFNER	8,00
765326	SABRINA JUNQUEIRA LIMA	-
774657	WEHBI MACHADO BOTELHO ARABI	2,00

Cargo: 233 – Médico Cardiologista

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
727427	ANDRE LUIS DE ALMEIDA ANDRADE	2,00
739129	ANDRE LUIZ NUNES DE MOURA	-
762126	CARLOS EDUARDO ORNELAS	-
782638	FLAVIO LUIZ DE AGUIAR MARTINS	2,00
727361	GIULIANO REGIS NOGUEIRA DE AS	-
764140	GUILHERME AUGUSTO DOS SANTOS CERQUEIRA	2,00
742662	GUSTAVO FIDELIS DA COSTA LOPES	1,00
728975	HENRIQUE PATRUS MUNDIM PENA	-
766725	JANAINA GUIMARAES DE ARAUJO	-
745783	JOAO BATISTA GUSMAO	-
720593	KLEISSON ANTONIO PONTES MAIA	4,00
711267	LOURENCO CESAR MENEZES SANTOS	8,00
737508	LUIZ INACIO ALVES QUINAUD	14,00
723326	MARCELO GARCIA TORRES	-
718840	MARCELO SADI CURY	8,00
749305	MARCIO BARRETO CORREA	-
741371	MARCO AURELIO ROCHA	-
768016	MARCOS ROBERTO DE SOUSA	13,00

737314	MARIA BETANIA SOLIS RESENDE BORGES	3,00
722772	MARIA RACHELDA SILVA MOURAO	-
759409	MAURICIO CAVALIERI MACHADO	8,00
748096	PAULO EWERTON DE FREITAS	6,00
755278	ROBERTO DRUMOND FERREIRA DE MELO	-
712913	WINSTON KHOURI	3,00

Cargo: 234 – Médico do Trabalho

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
715761	DENISE SANTOS MEIRELES	2,00
726166	ELZILANE ROCHA SILVA	7,00
751494	FLAVIO AUGUSTO MARTINS	-
717711	FREDERICO MOREIRA DOS SANTOS PENA	2,00
728866	HELOISA SANTOS MATIAS DE GUIMARAES	8,00
723263	JOSE JULIO DE ANDRADE FONSECA	6,00
724115	JOSE ROBERTO FERNANDES SILVA	2,00
717171	MARIO HENRIQUE MARINO DOS SANTOS	-
710969	MARIO SILVEIRA DE ALMEIDA BARBOSA	2,00
778080	MARTHA APARECIDA VIEIRA MACHADO	-
723686	RONALDO TIBURCIO PEREIRA RIBEIRO	18,00

Cargo: 235 – Programador Visual – Área I – Programador Visual/Designer

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
740521	AKEMI ISHIHARA ALESSI	-
723515	ALECIO PAULO VIANA	0,00
723952	ALESSANDRO CAMPOS DE PAIVA	0,00
789191	ANDREA LACERDA DE MORAIS	-
735369	CLARICE MAIA SCOTTI	2,00
756779	DENILSON PAIVA DOS SANTOS	2,00
751380	ESTHER GONCALVES FONSECA	0,00

711309	GLEISE MARINO COSTA	5,00
777990	JOSE DIOGO DE ALMEIDA MAGALHAES FILHO	0,00
714982	LETICIA MARTINEZ MATOS	8,00
765854	LUIS GUSTAVO LOREDO FERREIRA	0,00
756121	LUIZ AUGUSTO DO NASCIMENTO	7,00
749641	MARIANA GONCALVES GUGLIEMELLI	13,00
789160	MAURO SIQUEIRA DAMASCENO	-
740409	PEDRO ROCHA SOUZA	12,00
742437	RODRIGO EUSTAQUIO VILACA DE LIMA	-
739887	VALERIA DA SILVA	-
783009	VITOR MARQUES PECANHA ARAUJO	0,00

Cargo: 236 – Programador Visual – Área II – Webdesigner

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
746416	FERNANDO GUERRA FERNANDES	1,00
719868	LUCAS RIBEIRO MAIA	0,00
712062	LUIZ EDUARDO XAVIER CHIARADIA	2,00
767532	MARCELLO WYKROTA TOSTES	0,00
769541	MARCELO XAVIER SILVA	-
750804	PATRICIA COUTO BERNARDES	15,00

Cargo: 237 – Psicólogo

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
738636	ALINE MIRANDA DA SIVA	-
746171	ANA PAULA COELHO LEITE	-
746219	CLARICE MOREIRA DE FARIA	3,00
746387	CLAUDIA MARIA PROENCA GUERRA ATAIDE	10,00
728349	CYNTHIA CHIARI BARROS	-
716992	DANIELA PIROLI CABRAL	4,00
746546	FERNANDA PINTO PEREIRA	9,00

730414	LUCIANA RABELO THEBIT DOLABELA	-
723407	LUCIENE APARECIDA SILVA	9,00
2659	LUISIANE COSTA FERNANDES	-
712958	MARCELO BARBOSA	6,00
712842	MARIA FERNANDA DE LIMA SIMAO	13,00
727815	MARIA TEREZA PEREIRA LOBO	4,00
748045	MARTA MARIA CAIXETA FERREIRA	6,00
749624	MIRIAM MOREIRA DOS SANTOS	6,00
714511	REGINA NASSAU MALTA	2,00
736571	TAIS RIBEIRO GASPAR	-
733143	TIAGO AUGUSTO SCARPELLI PEREIRA	-
714200	VALERIA CRISTINA MARIA	6,00

Cargo: 237 – Psicólogo/Deficiente

INSCR.	NOME	NOTA DE TÍTULOS
730414	LUCIANA RABELO THEBIT DOLABELA	-

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2007, comunica o resultado da análise dos recursos apresentados contra o gabarito da terceira etapa do concurso para a especialidade Taquígrafo, código 240, publicado no "Minas Gerais - Diário do Legislativo" de 2/9/2008. Informa, ainda, conforme previsto no item 9.6.2, que a fundamentação da decisão relativa a cada recurso estará disponível para consulta do próprio candidato recorrente no endereço eletrônico www.fundep.br/concursos:

QUESTÃO	RESULTADO
02	Indeferido
03	Indeferido
05	Indeferido
09	Indeferido
14	Indeferido
16	Deferido / ANULADA
23	Indeferido
24	Deferido / ANULADA
25	Deferido / ANULADA

28	Indeferido
29	Indeferido
38	Indeferido
58	Deferido / ANULADA

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2007, comunica o resultado da terceira etapa do concurso para a especialidade Taquígrafo, código 240:

INSC.	NOME	NOTA 3ª ETAPA
720110	ADRIANA APARECIDA VARGAS DA FONSECA	42,00
721710	ANA CLAUDIA SIQUEIRA DE CASTRO MOREIRA	44,00
713046	DANIELA MOREIRA GUIMARAES	39,00
727482	JANAINA BRANT DA COSTA RIBEIRO	36,00
731241	JULIANA DE SALLES OLIVEIRA	51,00
785034	KARLA MARIA CORREA	37,00
762390	MARIA AMELIA DE FREITAS LOBATO	39,00
714082	PATRICIA MARIA DA COSTA FERREIRA	42,00
731837	RENATA COUTO SILVA	41,00
743283	TACIANA GONCALVES DOS SANTOS	51,00

ATA

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/9/2008

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Maria Lúcia Mendonça e o Deputado Chico Uejo (substituindo este ao Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BSP), membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.667/2008, em turno único (Deputada Maria Lúcia Mendonça) e 2.603/2008, no 1º turno (Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.874/2007 na forma do Substitutivo nº 2, no 1º turno, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.378/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.863/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.496 e 2.551/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/9/2008

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 16, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 17 a 21, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação da Emenda nº 22 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta; da Emenda nº 23 com a Subemenda nº 1, que apresenta; da Emenda nº 24; e das Emendas nºs 25 a 27, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto..

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.349/2007, do Deputado Délio Malheiros; 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.643/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.656/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Requerimentos nºs 2.860/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.886/2008, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.862/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.865/2008, do Deputado Ronaldo Magalhães; 2.877/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.426/2007, do Deputado Paulo Guedes; 2.101/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.642/2008, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.300/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; 1.478/2007, do Deputado João Leite; 2.410/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.526/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.652/2008, do Deputado Padre João e 2.657/2008, do Deputado Dinis Pinheiro.

Requerimentos nºs 2.861/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.879/2008, da Comissão de Segurança Pública e 2.888/2008, do Deputado Bráulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.884 e 2.885/2008, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DOS AEROPORTOS, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apurar informações divulgadas na imprensa a respeito da transferência de alguns vãos nacionais do Aeroporto de Confins para o da Pampulha, devido à pressão de companhias aéreas, e avaliar a atual situação desses aeroportos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.603/2008, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.667/2008, do Deputado Eros Biondini.

Requerimento nº 2.876/2008, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 17/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.889/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 17/9/2008, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço; 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000; e 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85; e dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97; 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica; 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos; 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica; 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito; 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica; 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica; 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica; 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica; 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia; 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica; 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica; 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba; e 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.615

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elmiro Nascimento, Sebastião Costa, André Quintão e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/9/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/9/2008, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.684/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, 2.445/2008, do Deputado Domingos Sávio, 2.499/2008, do Deputado Padre João, 2.534/2008, do Deputado Rômulo Veneroso, 2.669/2008, do Deputado Sargento Rodrigues, 2.678/2008, do Deputado Inácio Franco, 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, 2.752/2008, do Governador do Estado, de se discutirem e votarem, em turno único, os Projetos de Lei nºs 960/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 1.916/2007, do Deputado Inácio Franco, 2.369/2008, do Deputado Elmiro Nascimento, 2.521/2008, do Deputado Paulo Guedes, 2.635/2008, do Deputado Chico Uejo, 2.683/2008, do Deputado Ruy Muniz, 2.702/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 2.703/2008, do Deputado Zé Maia, 2.707/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 2.708/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 2.709/2008, do Deputado Bráulio Braz, 2.710/2008, do Deputado Durval Ângelo, 2.711/2008, do Deputado Fábio Avelar, 2.713/2008, do Deputado Roberto Carvalho, 2.716/2008, do Deputado Gilberto Abramo, 2.717/2008, do Deputado Jayro Lessa, 2.718/2008, do Deputado Zezé Perrella, 2.720/2008, do Deputado Padre João, 2.724/2008, do Governador do Estado, 2.726/2008, do Deputado Ivair Nogueira, 2.728/2008, do Deputado Deiró Marra, 2.729/2008, do Governador do Estado, 2.731/2008, do Deputado Tiago Ulisses, 2.732/2008, do Deputado Wander Borges, 2.733 e 2.734/2008, do Deputado Mauri Torres, 2.735/2008, do Deputado Fahim Sawan; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.245/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.245/2008, de autoria do Deputado Elmiro Nascimento, que dá denominação de Rodovia do Leite Francelino Luiz à rodovia que liga o Município de Lagoa Grande à MG-410, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.245/2008

Dá denominação à rodovia que liga o Município de Lagoa Grande à MG-410.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Rodovia do Leite Francelino Luiz a rodovia que liga o Município de Lagoa Grande à MG-410.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Fábio Avelar - Gláucia Brandão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/9/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrús Filho

exonerando Vanessa Salles Monteze do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Silfarnei Geraldo de Moraes do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Marília Naves Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando Soenne Martins de Jesus do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Sonia Maria Zanon de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/9/08, que exonerou Alberto Antônio de Oliveira Almeida do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/9/08, que exonerou Flavio Guerra de Castro Luz do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/9/08, que nomeou Alberto Antônio de Oliveira Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/9/08, que nomeou Alexssandra Cilene Borges para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/9/08, que nomeou Flavio Guerra de Castro Luz para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando Alberto Antônio de Oliveira Almeida do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Alexssandra Cilene Borges para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Mauri Torres

exonerando Júnia Alcione Ferreira da Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

exonerando Marcos José da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Elizabeth Pires Magalhães de Moraes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Júnia Alcione Ferreira da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/9/08, que nomeou José Carlos Ferreira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Fabio Barbosa Gomes do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Fausto Rodrigo Borges para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Sandre Crisipo de Araújo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando Berenice Leonel de Souza do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando Carolina Cariêlo de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando Daniel Marinho de Miranda do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Rodrigo Vieira Henrique do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Carolina Cariêlo de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Rodrigo Vieira Henrique para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Francesco Reale Serra para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Elizabeth Pires Magalhães de Moraes do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Marcos José da Silva para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou os seguintes atos:

exonerando Felipe Lelis Moreira do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Paulo Roberto Coelho Neto para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Luciana Marinho D. Figueiredo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Eustáquio Francisco de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Flavia Costa Lima do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Marli da Conceição Moreira Araújo para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

1ª Conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Câmara Municipal de Ipatinga. Objeto: apoio técnico-pedagógico à implantação do projeto Câmara-Escola. Vigência: cinco anos a partir de 28/8/2008.

ERRATAS

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.431/2008

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 12/9/2008, na pág. 42, col. 4, onde se lê:

"Art. 5º - Para fins do disposto no art. 5º desta deliberação, incumbe à GDI:", leia-se:

"Art. 5º - Para os fins do disposto no art. 4º desta deliberação, incumbe à GDI:".

ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/9/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/9/2008, na pág. 71, col. 4, sob o título "Requerimentos", onde se lê:

"Nº 2.888/2008, do Deputado Bráulio Braz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais pelo transcurso dos 81 anos de sua fundação. (- À Comissão do Trabalho.)", leia-se:

"Nº 2.888/2008, do Deputado Bráulio Braz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais pelo transcurso dos 81 anos de sua fundação e por ter essa Loja elaborado a programação comemorativa do Dia do Maçom. (- À Comissão do Trabalho.)".